

# Uma pequena praça comercial e seus agentes: integração mercantil e hierarquia social em Minas Gerais no século XIX.

Leandro Braga de Andrade

Doutorando em História - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

leandrobrandrade@yahoo.com.br

## Resumo:

A atuação de comerciantes de Mariana, pequena praça comercial na região central de Minas Gerais, serviu como ponto de partida para uma análise da circulação mercantil no perímetro do mercado interno, bem como da hierarquização sócio-econômica local. Através da variação da escala foi possível detectar os comerciantes em diferentes contextos e perceber os aspectos que perpassam suas relações comerciais, como os de caráter político, familiar e social. Dessa forma, apresentamos notas de pesquisa que abordam as conexões econômicas regionais com um universo maior. Não obstante, privilegia também a percepção de agentes que ao mesmo tempo formam e representam o processo de integração mercantil do Brasil que se consolida no século XIX, mas que germinara em tempos coloniais. Foram utilizadas listas de habitantes, relações de casas de negócio, correspondências e inventários *post-mortem* para mapear alguns dos principais comerciantes da cidade nas décadas de 1820, 1830 e 1840.

**Palavras-chaves:** comerciantes, mercado interno, Minas Gerais.

## Abstract

The actuation of merchants of Mariana, small commercial square on the central zone of Minas Gerais, was a starting point for an analysis of mercantile flow on the internal market's perimeter, as well as of the local social-economic hierarchization. Using scale variation, it was possible to detect merchants in different contexts and to notice aspects going through their commercial relationships, such as aspects with a political, familiar, and social characteristic. In this way, we present here research notes about the regional economic connections with a bigger universe. Nonetheless, we also favor the perception of agents which, at the same time, create and constitute the Brazilian mercantile integration process, consolidated at sec. XIX but developed in colonial times. We used lists of inhabitants, lists of business houses, mail and *post-mortem* inventories in order to map some of the city's main merchants on the decades of 1820, 1830, and 1840.

**Keywords:** merchants, internal market, Minas Gerais.

Ao referirmos à história econômica de Minas Gerais no século XIX, lembramos necessariamente de uma série de estudos que se debruçaram sobre temas como: a decadência econômica por decorrência da crise da mineração, ou ao seu contraposto, o dinamismo da economia mineira oitocentista, a utilização do trabalho escravo e a configuração de um circuito mercantil interno. Porém, talvez o maior desafio dessas abordagens seja ainda o de conectar realidades regionais (relações mercantis, propriedade e acumulação, por exemplo) com um universo mais amplo. Se identificamos a formação de um mercado interno, em fins do período colonial e sua consolidação na fase nacional, podemos também enxergar localidades conectadas, enriquecimento interno e inclusive pessoas que acumulam e dão vida e movimento à estes circuitos e lugares.

Para tanto é necessário complementar abordagens que se valem da quantificação, seriação de fenômenos econômicos e demográficos com uma proposta de percepção de realidades locais conectadas com um universo maior, mas que possa demonstrar aspectos políticos, sociais e culturais da vida das pessoas que participam da produção de tais fenômenos quantificáveis.<sup>1</sup>

Nesse sentido que podemos fazer alguns apontamentos sobre o comércio e os comerciantes de uma pequena praça, a antiga Mariana, tão

famosa pelo auge da mineração, mas que vive no segundo quarto do século XIX, o papel de centro mercantil regional. Portanto, no bojo de consolidação do mercado interno, na fase nacional da história do Brasil, aspectos dos tempos coloniais se confundem com a mudança, assim como não se separam claramente vida social, familiar, econômica e política.

Desde já, adiantamos que uma verdadeira hierarquização permeia esta praça comercial e que esta hierarquização estava diretamente ligada à conexão da localidade, através de seus agentes, com o contexto externo.

## Um comerciante da cidade e o mercado interno

No dia 10 de janeiro de 1832, o futuro tenente coronel da Guarda Nacional de Mariana, Honório José Ferreira Armond, escreve para seu *mano*, Marcelino José Ferreira Armond, residente em Barbacena, comandante, também da Guarda Nacional naquela cidade. Após manifestar seus sentimentos pelos incômodos de saúde do irmão e pelo “prejuízo com as criações”, Honório reclama: “Aqui já se fez os oficiais para a Guarda Nacional, e saíram cabras e negros; se lá não acautelarem e ficarão entregues as armas a gente de nenhum patriotismo e nem caráter”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> LINHARES, Maria Yeda. Metodologia da História Quantitativa: balanço e perspectiva. In.:BOTELHO, Tarcísio R. (org) *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia. Anpuh MG, 2001, p. 13-24. FRAGOSO, João Luís. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*. Numero 29. Rio de Janeiro. FGV. 2002. p. 3-28, p.4.

<sup>2</sup> Museu Imperial. Arquivo da família do Conde de Prados. 399 - 5973 a 5997 Tomb. :2004.

As opiniões de Honório, certamente comungadas por seu irmão, manifestam o desejo de que postos na hierarquia militar local fossem ocupados por membros da elite de *homens bons* da cidade.<sup>3</sup> Esta era a visão daqueles que viam em cargos políticos e patentes a oportunidade de formar e manter seu prestígio social, mando local e garantir suas vantagens econômicas. Honório e Marcelino faziam parte de uma extensa família de proprietários e negociantes, uma das mais influentes da Comarca do Rio das Mortes, radicada, sobretudo em Barbacena. Honório, por sua vez, representava o braço da família, na região tradicionalmente mineradora, no caso, a cidade de Mariana.

Mas esses dois homens de prestígio, em suas respectivas localidades de atuação, tinham mais do que o berço em comum. Eram grandes comerciantes de fazendas secas, gêneros alimentícios e, também de escravos. O capital que movimentava os negócios da família teve origem na produção agropecuária, destinada ao abastecimento interno, mas foi na mercancia que ele se multiplicou. O adiantamento de mercadorias (entre elas, cativos) e o empréstimo de dinheiro a juros representou o principal negócio que articulava os interesses de Honório, Marcelino e os seus outros 5 irmãos.<sup>4</sup>

Todavia, os rastros deixados por Honório e sua família nos levam a paragens mais distantes. O comerciante recebeu carta remetida do Rio de Janeiro por Antônio José Moreira Pinto, em 31 de outubro de 1828, que continha a seguinte oferta:

(...) no dia 28 se recolheu felizmente neste porto vindo de Cabinda um dos barcos em que sou interessado com 461 escravos, gente toda limpa e boa, sendo esta das melhores negociações que tenho interessado por prometer grandes lucros. Se precisar de alguns me avise para lhos remeter, o que farei prontamente (...)<sup>5</sup>

A revelação de que pretendia ter grandes lucros com aquela leva de africanos é mais bem entendida quando se analisa as freqüentes correspondências remetidas por Antônio Moreira para Honório. Trata-se de uma profunda relação de amizade (pelo menos é isso que indicam os dizeres das cartas) que se confundia com o trato mercantil.

Mas quem era Antônio José Moreira Pinto e o que sua atuação pode nos dizer? Estamos falando de um grande negociante de grosso trato da praça do Rio de Janeiro<sup>6</sup>, um dos maiores fornecedores de cativos para Minas Gerais, inclusive para a família Ferreira Armond, nas décadas de 1810 e 1820.<sup>7</sup> Seus negócios com Honório se estendiam também à venda de tecidos, ao repasse de metais (ouro,

cobre e prata) e gêneros alimentícios enviados pelo negociante mineiro para a capital do Império, conforme indica o trecho de uma das correspondências: "(...) Quando chegar a sua tropa cumprirei as suas ordens e farei as diligências pela boa venda dos gêneros assim como da Poaia e Prata (...)"<sup>8</sup> Antônio Moreira também respondia pelos interesses de Honório, conforme indica carta remetida em 14 de abril de 1831, por Joaquim Antônio Moreira, outro comerciante carioca:

Meu amigo e senhor. Junto ao extrato de sua conta corrente do qual aparecia hum saldo a meu favor de 2:903\$967 que agora recebi por mão do senhor Antônio José Moreira Pinto, ficando deste modo, nossas contas saldas até esta data. Em conformidade de minha participação, em tempo, não há de estranhar a última parcela de 134\$367 debitada do prêmio de 2:769\$000, antecipadas a ¼ conforme corre na praça 117 que se demorou (...)<sup>9</sup>

O triângulo comercial acusado por esta carta não parece ter sido incomum. Ele representa, talvez, o auge da confiança e, porque não, da dependência construída na relação de Honório (que perpassava pelos negócios de sua família, radicada em Barbacena) com a praça mercantil do Rio de Janeiro, principal centro de atração mercantil e financiamento da economia no Centro-Sul do Brasil, conforme falaremos adiante. Honório tinha nesta ocasião, 38 anos, era solteiro,<sup>10</sup> mas desde pelos menos 1820 realizava freqüentes viagens para o Rio a negócios.<sup>11</sup> A experiência construída em mais de uma década lhe permitiu tratar a distância, mantendo o crédito e a confiança entre os fornecedores de sua casa comercial.

E não foi por acaso que, a partir de então, se inaugura um período de maior inserção política e social de Honório na cidade de Mariana. Ele se incorporou ao efetivo da Guarda Nacional em 1831, fora eleito vereador na cidade para o período de 1833 a 1836 (quando já havia alcançado a patente de Coronel da Guarda) e também para o período de 1837 a 1840.<sup>12</sup>

É possível que Honório tenha deixado a cidade após este período, provavelmente por causa de problemas de saúde. Entre as correspondências do acervo da família Ferreira Armond existem algumas remetidas por Antônio Coelho Martins, de Mariana para Barbacena. O autor das cartas informa freqüentemente as produções minerais e agrícolas das propriedades de Honório, a situação dos escravos e equipamentos, assim como a situação de seu crédito com pessoas residentes na cidade.

Antônio Coelho Martins, além de manifestar preocupação com a saúde de Honório, seu compadre, utiliza tratamento obsequioso, sempre demonstrando respeito e subordinação. Ao fim da carta de dezembro de 1842, se despede: *a comadre*

<sup>3</sup> A Guarda nacional foi a corporação paramilitar criada pela Regência com o objetivo de garantir a ordem pública. Era sujeita ao Ministério da Justiça e suas forças locais ficavam a disposição do juiz de paz.

<sup>4</sup> RESENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de doutorado. FAFICH/UFMG. 2008, p.149-155.

<sup>5</sup> Museu Imperial. Arquivo da família do Conde de Prados. 399 - 5973 a 5997. Tomb.:2004.

<sup>6</sup> Em 1828, Antônio Pinto havia se matriculado na junta do comércio informando possuir loja, crédito, navios e um capital de giro no valor de 40.000\$000. *Arquivo Nacional. Junta do Comércio, agricultura, navegação e fábricas*. Pedido de Matrícula. Códice 170.

<sup>7</sup> PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros. Zona da Mata. 1809-1830*. Dissertação de mestrado. IFCS/UFRJ. 2007, p. 145.

<sup>8</sup> Carta de 21 de março de 1828. *Museu Imperial*. 399 - 5973 a 5997/2004.

<sup>9</sup> *Museu Imperial*. Arquivo da família do Conde de Prados. 399 - 5973 a 5997. Tomb.:2004

<sup>10</sup> *Arquivo Público Mineiro*. Lista nominativa de habitantes de 1831. Banco de Dados NPHE/Cedeplar

<sup>11</sup> Arquivo Nacional. *Despachos de escravos*. Polícia da Corte. Banco de Dados IPEA.

<sup>12</sup> PIRES, Maria do Carmo; CHAVES, Claudia Maria G. (orgs.). *Casa de veraneio de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Editora UFOP: Ouro Preto. 2008, p. 227-228.

e todos dessa casa lhe recomendam saúde (...) Seu compadre, amigo, venerador e criado.

É possível que o prestígio local e o respeito pessoal tenham sido conquistados por Honório através do conjunto de relações estabelecidas pelo negociante, não apenas as de caráter econômico, nem tampouco à revelia destas. Honório operava empréstimos ou vendia a prazo tanto a gente miúda, como seu correspondente e compadre, quanto a gente importante na cidade, como o cônego e vereador, Antônio José Bhering, outro vereador, o negociante Torquato Claudiano (de quem era credor de toda sua casa comercial) e de um grande minerador local, Gomes Freire de Andrade. Ao mesmo tempo, o fato de ser de família tão rica e prestigiosa, mesmo radicada em outra cidade, lhe conferia algum capital sócio-político de saída. Outro elemento importante é o fato de ter tido tantos afilhados e compadres, alguns referidos como herdeiros em seu inventário.<sup>13</sup> Honório faleceu em 1845.

O enriquecimento da família Ferreira Armond, em Barbacena, de negociantes de Ouro Preto, Mariana, Serro e Diamantina, além da emergência da cidade de São João Del Rey, como o grande centro atacadista e financeiro de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX (todas entrepostos comerciais da produção agropecuária mineira e de importação), nos mostram muito mais do que uma reorganização do centro dinâmico da economia da província, antes lotado nas áreas de mineração.<sup>14</sup> As conexões mercantis da economia de Minas Gerais, no período em que a mineração não correspondia ao principal ramo de enriquecimento, atendiam a uma demanda interna (crescimento da população livre e escrava) mas, também se ligavam a um contexto maior de dinamização do mercado interno. A chegada de D. João VI e toda a comitiva portuguesa, em 1808, provocou uma série de mudanças que possibilitaram o aquecimento e uma maior integração do mercado interno. Medidas administrativas, abertura de caminhos e a demanda criada com o inchaço populacional do Rio de Janeiro abriram espaço para a inserção dos mineiros dos negócios de grande monta. Dessa forma, o comerciante de diversas regiões de Minas Gerais passava por um momento de amplas possibilidades de negócios, incluindo um filão gerador de lucros que foi o comércio de escravos.<sup>15</sup>

É evidente que pela proximidade e atração político-econômica, o Rio de Janeiro era o principal alvo de interlocução comercial de áreas interioranas, como Mariana, sede dos negócios de Honório José Ferreira Armond. Porém, não era o único. Segundo Cláudia Chaves, a administração de D. João VI no Brasil esteve sempre preocupada em mensurar e incentivar o mercado interno da colônia. A autora aponta a confecção de mapas

estatísticos populacionais de produção, consumo e exportação das capitanias com intuito de gerar informações que manifestassem as potencialidades de desenvolvimento do comércio interno e conseqüentemente da arrecadação.<sup>16</sup> Isto implicou em uma maior integração mercantil no interior do Brasil.

A consolidação do mercado interno, em fins do período colonial e primeiros anos do Império, pode ser atestada pelos estudos de João Fragoso para a praça comercial do Rio de Janeiro. A pesquisa indica a integração então estabelecida entre as capitanias, depois províncias, do Centro-sul do Brasil. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e o interior fluminense comporiam este complexo mercantil estabelecendo trocas da produção local, principalmente de alimentos, que tinham o Rio de Janeiro como centro unificador. O capital acumulado por grandes negociantes da praça carioca também tivera como alvo de seus investimentos o tráfico de escravos, sendo um dos vetores do financiamento da produção agrícola, assim como o crédito.<sup>17</sup> Além destes circuitos, podemos acrescentar aqueles de caráter “complementar”, como o de redistribuição de mercadorias para o oeste mineiro, Goiás e Mato Grosso, via porto de Santos, o histórico comércio entre Minas e Bahia, ou mesmo o caminho terrestre de mares, vindos do Sul para o Sudeste brasileiro.<sup>18</sup>

Diante deste emaranhado de redes comerciais, de acordo com Cláudia Chaves, há uma crescente tendência da administração colonial em centralizar a cobrança de impostos e incentivos à integração mercantil. O processo se mantém na fase nacional, quando as câmaras municipais, e seu particularismo, perdem poder e os interesses regionais estão “comprometidos com a construção do Estado Nacional no processo de independência e com a expansão do mercado interno”.<sup>19</sup> Alcir Lenharo já havia destacado, em pesquisa sobre o comércio de Minas Gerais com a Corte, a participação do setor abastecedor da economia (proprietários, negociantes e fazendeiros-tropeiros) nos rumos da formação do Estado Nacional.<sup>20</sup>

Ao perceber a integração mercantil e as potencialidades de acumulação que ela oferecia é necessário reconhecer a capilaridade de seu alcance e a diversidade de sua formação. Por conseguinte torna-se imperioso o reconhecimento e atenção às dimensões mais elementares dessa teia: a propriedade, a casa comercial, os agentes mercantis e suas relações políticas, familiares, pessoais etc.

Dessa forma compreendemos porque a trajetória de Honório Ferreira Armond é tão

13 RESENDE, Edna. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*, p. 153.

14 GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agropecuárias tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de doutoramento. São Paulo. FFLCH/USP 2004 e PAIVA, Clotilde. *População e economias Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado. USP São Paulo. 1996

15 CHAVES, Cláudia M. das Graças. *Melhoramentos do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Tese de doutoramento. UFF Niterói. 2001.

16 CHAVES, Cláudia. *Melhoramentos do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*.

17 FRAGOSO, João L. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992.

18 MOURA, Denise A. Soares. *O comércio colonial e suas relações complementares (Santos, Bahia e Pernambuco, 1765-1822)*. *Encontro Nacional de História. Anpuh -2009*. RESTITUTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas de Comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação de mestrado. FCLAR/ UNESP, 2006.

19 CHAVES, Cláudia. *Melhoramentos do Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*, p. 237.

20 LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842*. São Paulo. Editora Símbolo.1979.

reveladora. Ela nos conduz do local ao nacional, das relações pessoais, familiares e políticas às transações econômicas, seja na cidade de Mariana, antiga vila mineradora e centro comercial de pequeno porte no século XIX, até aos mais complexos tratos mercantis na Corte. Podemos visualizá-lo também no tráfico de escravos, numa cadeia de endividamento que circula entre a capital do Império e o interior, em seu estabelecimento comercial e também no contexto de rearticulação econômica da antiga região mineradora.<sup>21</sup>

Se adotarmos essa perspectiva, veremos que muitos elementos são comuns ao conjunto de comerciantes de Mariana, porém, veremos também contradições, quando forem detectados escolhas e destinos diferentes entre os indivíduos. É o que notaremos quando analisarmos o grupo de comerciantes da cidade. Ou seja, a experiência, o conjunto de relações sociais por eles travadas, os investimentos, sua história familiar, tudo isso contará para o destino de cada sujeito, não apenas o rótulo profissional ou ocupacional. Na seção seguinte aprofundaremos este olhar.

### Uma praça comercial e seus agentes

No alvorecer do século XIX, as antigas áreas mineradoras na região central de Minas Gerais sofreram com a falta de oportunidades econômicas e com o despovoamento. Os distritos sedes das cidades de Mariana e Ouro Preto, por exemplo, de fato tiveram estagnação econômica e perda populacional para as áreas rurais de suas respectivas jurisdições.

Segundo Sônia Magalhães, nos primeiros anos do oitocentos, houve um despovoamento gradativo da cidade de Mariana e alta concentração de “indigentes” e “pobres” atestada pelos dados do rol de confessados de 1809 e a lista nominativa de habitantes de 1819.<sup>22</sup> Com a análise das listas nominais de habitantes, inventários *post mortem* e Relações de Casas de Negócio é possível identificar sinais de recuperação econômica da vila de Mariana, guiada, sobretudo pelo dinamismo do comércio e do setor de transformação doméstica.<sup>23</sup> Já o cenário de decadência de Ouro Preto descrito por Saint Hilaire, na segunda década do XIX, parece ter se alterado, de acordo com os dados demográficos levantados por Miriam Lott e Iraci Costa.<sup>24</sup>

Mesmo quando o centro dinâmico da economia mineira migrou para a agropecuária, sobretudo a da região sul da capitania/província, a estrutura historicamente montada de uma rede de negócios e caminhos permanece, na área em questão. Essa realidade foi também demonstrada por minuciosa pesquisa de Clotilde Paiva que apresentou proposta de regionalização baseada no desenvolvimento econômico das regiões de Minas

Gerais, no segundo quartel do século XIX. A chamada região *Mineradora Central Oeste*, que inclui os municípios de Queluz, Sabará, Ouro Preto e parcelas do município de Caeté e Mariana, apresentou alto nível de desenvolvimento atestado pela grande circulação de mercadorias, produzidas na região ou importadas, e pela concentração de engenhos e casas de negócio, muitas delas bem sofisticadas para os padrões vigentes.

Localizada bem no centro da Província a região Mineradora Central Oeste tinha pauta de exportação diversificada. Enviava para o mercado do Rio de Janeiro ouro, pedras preciosas, tecidos e doces e distribuía os importados vindo de lá. Nas partes onde havia mineração o abastecimento de víveres parecia estar vindo da própria região, mostrando uma articulação intra-regional. As relações inter-regionais também eram importantes. Comprava matérias-primas para serem transformadas ou revendidas internamente. Distribuía internamente artefatos de ferro para lavoura e mineração, tecidos e outros manufaturados.<sup>25</sup>

Alguns elementos ajudam a compreender o perfil econômico dessa região. Tanto Mariana quanto Ouro Preto mantiveram antigos papéis fundamentais na estrutura política, administrativa e religiosa de Minas Gerais. Mariana era sede do arcebispado, concentrava a formação de clérigos e eventos. Além disso, sua jurisdição administrativa era gigantesca, alcançando longínquas regiões da Zona da Mata, onde estava em curso uma expansão agrícola. Ouro Preto, com um território mais modesto, era o centro administrativo da capitania e posteriormente da província, além de principal palco da vida política regional. A localização estratégica no caminho que ligava as movimentadas praças de Diamantina, Serro e Sabará, ao Rio de Janeiro, dava à cidade um papel importante na articulação comercial existente dentro e para fora de Minas Gerais.

Utilizando-se de dados como o número e a diversidade de ocupações ligadas a serviços, profissões liberais, comércio e indústria, Mário Rodarte e João Antônio de Paula identificaram Ouro Preto e Mariana (em 1831) no grupo das cidades de maior “centralidade urbana” de Minas Gerais, além de justificar a coincidência entre urbanização e desenvolvimento econômico: “Nas regiões mais urbanizadas, as demandas da sociedade são mais satisfeitas via mercado que nas áreas rurais. Com isto, criam-se mais mercados para bens especializados, concentrados nos lugares centrais”.<sup>26</sup>

Os comerciantes da porção urbana de Mariana e Ouro Preto integravam-se na circulação interna da produção local. É o caso do difundido comércio da aguardente, produto fabricado nas fazendas mistas dos distritos vizinhos e largamente

<sup>21</sup> Aqui recorreremos à variação da escala de análise, na concepção de Jaques Revel, abordagem privilegiada por revelar dimensões e níveis variáveis, do mais local ao mais global e por se inscrever em contextos diferentes. REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In.: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escala: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro. Editora FGV.1998. p. 28.

<sup>22</sup> MAGALHÃES, Sônia Maria. *A mesa de Mariana, produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. Annablume. São Paulo. 2004. p. 61.

<sup>23</sup> Animada pelo crescimento da agropecuária regional e do comércio interno, a cidade apresenta sinais de recuperação, aparecendo um verdadeiro exército de costureiras, fiandeiras, rendeiras, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, saboeiros e comerciantes na listagem de habitantes de 1831 em comparação com 1819. ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850*. Dissertação de Mestrado. FAFICH/UFMG. 2007.p.53-54.

<sup>24</sup> LOTT, Miriam Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família – Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume, 2008. e COSTA, Iraci. *Vila Rica. População. 1719-1826*. São Paulo. IPE/USP. São Paulo. 1779.

<sup>25</sup> PAIVA, Clotilde. *População e economia em Minas Gerais no século XIX*, p. 115.

<sup>26</sup> Ouro Preto e Serro estavam no primeiro grupo no nível de centralidade urbana da província. No segundo grupo estavam: Mariana, Via de Campanha, Diamantina, Barbacena, Caeté e São João Del Rey. RODARTE, Mário Marcos S.; PAULA, João A.; SIMÕES, Rodrigo F. *Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. História econômica & História das Empresas*. VII.1 (2004), 7-45, p. 31-34.

consumido nos arraiais e vilas. Nas áreas rurais de Mariana, por exemplo, os maiores proprietários de terras e escravos investiam no cultivo da cana e na fabricação de seus derivados. Eram eles também os principais demandantes de mão-de-obra escrava, que por sua vez era comercializada pelos negociantes estabelecidos na cidade e nos arraiais.<sup>27</sup>

A relação da produção de aguardente com o comércio local pode ser ainda atestada pela resposta do juiz de paz do distrito de Ponte Nova (termo de Mariana) ao presidente da província, em cumprimento a sua solicitação de relacionar engenhos e casas de negócios, no ano de 1836:

Em observância ao ofício de Vossa Excelência com o fecho de 16 de junho de p.p. em que me determina envie huma relação dos Engenhos deste Distrito em que se fabricar aguardente com declaração dos seus motores; e em segundo lugar huma dita das cazas em que se vender aguardente simples ou beneficiada com distinção de suas citações assim mais das loges de fazendas secas e cazas de Armazéns em que se vender espíritos importados com a declaração dos nomes de seus possuidores, e cada hum dos ditos estabelecimentos (...)<sup>28</sup>

O objetivo das exigências do governo, cumprido pelo juiz de paz, não era apenas de conhecer as fábricas de aguardente, mas também os estabelecimentos onde era vendida a bebida. Portanto, a tradição na produção e no consumo da aguardente contribui para a concentração de estabelecimentos comerciais na região. Os distritos que compunham o imenso território pertencente ao termo de Mariana, ainda em meados de 1830, detinham parte considerável do comércio fixo da província (11,5%). Se considerarmos os dados de Marcelo Godoy para a região *Mineradora Central Oeste*, essa proporção chega a 35,3%.<sup>29</sup>

Em geral, os estabelecimentos que comercializavam os gêneros importados e da terra (gêneros alimentícios e bebidas) era o comércio de “molhados” ou “armazéns”, além das “vendas” (a maioria de aguardente). Enquanto que as “lojas de fazendas secas” vendiam: “tecidos, bem como artigos de vestuário, livros, instrumentos musicais, utensílios domésticos, peças em metal, louças, especiarias, objetos de armarinho, papelaria, etc”.<sup>30</sup>

Embora essa tipificação tenha sido esboçada pelos juizes de paz nas Relações de Casas de Negócio, o próprio documento informa a diversificação dos empreendimentos. Na verdade, na maioria dos casos, um mesmo estabelecimento ou proprietário comercializava todo tipo de mercadoria. Em Mariana havia 17 armazéns, 21 estabelecimentos identificados como loja e armazém e 46 vendas de aguardente. Mas, para que estes números e classificações façam sentido, é necessário conhecer o universo dos comerciantes

arrolados.

O recurso metodológico utilizado foi o cruzamento nominal dos donos de estabelecimentos, descritos na Relação de Casas de Negócio de 1836, com a lista de habitantes de

Tabela I

Indicadores demográficos de acordo com o tipo de estabelecimento. Mariana (1838)

| Estabel.       | *        | Branços   | Pardos    | Casados   | Solteiros | Viúvos   | Total     |
|----------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| Loja e Armazém | 2        | 8         | 4         | 8         | 3         | 1        | 12        |
| Armazém        | 3        | 11        | 3         | 6         | 5         | 3        | 14        |
| Venda          | 7        | 4         | 18        | 11        | 7         | 4        | 22        |
| <b>Total</b>   | <b>2</b> | <b>23</b> | <b>25</b> | <b>25</b> | <b>15</b> | <b>8</b> | <b>48</b> |

Fonte: APM. Relação de Casas de Negócio de Mariana.1836. SPPP 1/6 Cx 5 D13. APM. Listas nominativas 1838/1840 em Banco de dados. NPHED/Cedeplar/UFMG. \* H= Homem e M=Mulher.

1838. De 84 rastreados, foram encontrados 48 nomes e a classificação apontada atende mais a uma hierarquia sócio-econômica do que a qualidade das mercadorias comercializadas.

Os donos de vendas faziam parte da população mais pobre da cidade, não só porque a venda era um pequeno estabelecimento, onde se vendia, sobretudo a aguardente, mas também porque era onde se concentrava a presença de mulheres e pardos como proprietários. Enquanto que entre os donos de Loja e Armazém predominava o elemento masculino e branco, sinal de que se tratava de outro segmento social. Os dados concernentes a todos os domicílios da cidade apontam uma coincidência entre ser vendeiro, artesão (sapateiro, alfaiate, ferreiro, fiandeira e costureira) e principalmente, ser negro ou mestiço, e estar entre os mais pobres da população local.<sup>31</sup>

Tabela II

População livre e escrava nos domicílios dos donos de casas de negócio de acordo com o tipo de estabelecimento

| Estabelecimento                 | Loja e Armazém | Armazém | Venda | Total |
|---------------------------------|----------------|---------|-------|-------|
|                                 | 12             | 14      | 22    | 48    |
| Livres brancos                  | 42             | 28      | 12    | 82    |
| Livres não Brancos              | 30             | 44      | 72    | 146   |
| Escravos africanos              | 40             | 10      | 10    | 60    |
| Escravos crioulos e mestiços    | 60             | 11      | 8     | 79    |
| Média de escravos por domicílio | 8,3            | 1,9     | 1,8   | 4,2   |

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Relação de Casas de Negócio de Mariana.1836. SPPP 1/6 Cx 5 D13. APM. Listas nominativas 1838/1840 em Banco de dados. NPHED/Cedeplar/UFMG. \*

Outro dado que contribui para a compreensão da estratificação no universo do comércio marianense é o da população livre e escrava presente nos domicílios. Vejamos a tabela II.

Mais da metade dos moradores brancos do universo trabalhado estava nos 12 domicílios de lojistas, enquanto que quase a metade da população mestiça e negra estava nos domicílios de vendeiros. É visível também a maior presença de escravos nos domicílios dos lojistas. A média é de 8,3 cativos por proprietário. Enquanto que essa média cai substancialmente entre armazeneiros (1,9) e vendeiros (1,8).

Evidente que estamos tratando de um universo

<sup>27</sup> Dados obtidos com o cruzamento de listas de habitantes, Relações de Engenhos e Casas de Negócio e inventários *post mortem*, para traçar o perfil da elite agrícola da Freguesia de Furquim, no interior do Termo de Mariana, que demonstra o recorrente vínculo do enriquecimento com a produção da aguardente. ANDRADE, Leandro. *Escravo ou Camponês. Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana 1820-1850*, p. 199.

<sup>28</sup> Arquivo Público Mineiro. Relação de Engenhos e casas de negócio – 1836: SPPP 1/6 – Cx7- D3

<sup>29</sup> GODOY, Marcelo. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçuareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*, p. 256.

<sup>30</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei ( 1831 – 1888)*. Editora

Annablume. São Paulo, 2002, p. 61-62

<sup>31</sup> Em 1831, 90% dos chefes de domicílios que não tinha escravos eram pretos, crioulos e pardos. Já entre os que possuíam escravos, apenas 17% eram negros ou mestiços. Assim, a cor acompanhava o nível social e econômico. ANDRADE, Leandro. *Escravo ou Camponês. Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850*, p. 70

em que o tamanho da posse de escravos (diferente da agricultura) não é o melhor indicador de riqueza. Comerciantes direcionavam a maior parte de seus investimentos em mercadorias, imóveis e, principalmente, dívidas ativas. Porém, a presença do elemento cativo, com alto valor comercial neste período<sup>32</sup>, pode sim ser um indicador de *status* social e capacidade de acumulação. Entre os 12 donos de lojas, todos possuíam escravos, entre os 14 armazeneiros, 11 tinham cativos e já entre os 22 donos de vendas, apenas 10 tinham escravos.

Por esse conjunto de indicadores percebe-se uma profunda hierarquia entre os comerciantes de Mariana, não apenas pelo produto comercializado, mas pela posição social do proprietário, tamanho e localização dos estabelecimentos. Entre os lojistas em que já foi possível detectar o inventário de seus bens, é possível verificar a preferência por casas situadas em duas localidades: a Rua Direita e as proximidades da “Ponte das areias”, ambas na área que circunda a igreja da Sé de Mariana.<sup>33</sup>

### Homens de negócio, Homens Bons

Os indícios até aqui trabalhados sugerem que esses donos de lojas (que também comercializavam *molhados*) eram os principais fornecedores de mercadorias no atacado, de escravos e do empréstimo de dinheiro a juros na cidade. Por conseguinte, podemos concluir que eles eram também os sujeitos que conectavam a cidade com uma cadeia comercial mais ampla. Os contatos de Honório José Ferreira Armond na Corte para a venda de gêneros e compra de escravos não eram exclusivos. Pelo menos outros 5 comerciantes

conclusão que esses achados nos fornecem é que o comércio de Mariana não estava restrito aos circuitos locais. Mesmo que ainda não se possam mensurar todos os elementos desse contato, de alguma forma a produção local também alcançava o principal centro da economia brasileira e por outro lado demandava escravos e manufaturados. Infelizmente, somente com os cruzamentos feitos, não se pode calcular a medida da entrada de africanos na região. No entanto, já podemos afirmar que essa inserção existiu e que era feita, também pela elite de negociantes locais.

Em um trabalho minucioso, que está em fase inicial, é possível rastrear alguns destes agentes e recolher um maior número possível de informações. Foi dessa forma que chegamos ao inventário dos bens de 10 dos comerciantes listados em 1836, como donos de Lojas ou Armazéns. O que mais chama a atenção, na análise do conjunto dos processos, é marca de 52% do valor dos bens deste pequeno universo investido em dívidas ativas. Nos arrolamentos do crédito, foi possível atestar que servia a diversas situações: venda de mercadorias no varejo (a prazo), empréstimo de dinheiro a juros, fornecimento de mercadorias a pequenos comerciantes e de escravos a proprietários locais.

A maior fortuna inventariada foi a do Sargento Mor Manoel José de Carvalho. De 119:740.875 (em contos de réis), 55% se referia a dívidas ativas. Entre os 15 devedores do comerciante, identificados na lista de habitantes, estão 9 comerciantes, 1 mineiro, 1 advogado, 1 escrivão, 1

Tabela III

#### Escravos registrados por comerciantes de Mariana na Polícia da Corte (1817-1832)

| Nome                            | Comércio* | 1817-1820 | 1821-1825 | 1826-1832 |
|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Manoel José de Carvalho         | Loja      |           | 56        | 80        |
| Honório José Ferreira Armondes  | Loja      | 44        | 134       | 36        |
| José Alexandre Ramos            | Loja      |           | 8         | 8         |
| José Ferreira de Oliveira       | Loja      |           | 18        | 6         |
| Manoel José de Magalhães Barros | Loja      |           |           | 21        |
| Antônio José de Souza Guimarães |           |           | 10        | 51        |

Fonte: Arquivo Nacional. Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte. Códices: 421 e 424. Banco de Dados IPEA. \* Tipo de estabelecimento em 1836.

marianenses circularam por lá na década de 1820. A tabela III descreve as passagens na Polícia da Corte para registrar o despacho de escravos para Minas.

Entre 1817 e 1832, mesmo que em anos alternados, foram identificados diversos registros de comerciantes de Mariana, sendo que Manoel José de Carvalho e Honório José Ferreira Armondes foram os mais assíduos. A primeira

lavrador, 1 sapateiro e 1 carpinteiro. Todos eles eram brancos e proprietários de escravos. As dívidas dos comerciantes decorriam da compra de mercadorias no atacado para serem revendidas nas pequenas vendas da cidade. O universo de 15 pessoas é muito pequeno diante dos mais de 200 devedores dos negociantes. A dificuldade de identificação dos devedores nas listagens de habitantes do termo de Mariana pode decorrer da

<sup>32</sup> Após 1830, em todas as regiões de Minas Gerais há uma forte elevação do preço de escravos por conta da proibição legal do tráfico. BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. São Paulo EDUSC. 2004

<sup>33</sup> Partindo da Igreja da Sé até a Ponte das areias estaria ao final da mesma Rua Direita. DAMASCENO, Cláudia. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Editora da UFOP: Ouro Preto. 1998, p. 65

mobilidade espacial da população mais pobre ou pelo fato de Manoel José de Carvalho também ter atuado em outras regiões.

Os pequenos e médios empreendedores locais dependiam do fornecimento de mercadoria e do crédito por parte dos maiores negociantes. No inventário dos bens do Capitão-Mor José Ferreira de Oliveira, em 1845, foi arrolado o valor de 35:704\$518 em dívidas ativas. Desses, 7:300\$000 pertenciam à “dívida da casa falida de Henrique Lebet”. Henrique Lebet havia sido listado, em 1838, como comerciante na cidade de Mariana.

O mesmo ocorreu com Torquato Claudiano de Moraes, dono de Loja de Fazenda Seca, que faleceu em 1843. Dois anos mais tarde, no arrolamento das dívidas ativas do também lojista Honório José Ferreira Armondes, a casa do já falecido Torquato aparecia com uma dívida de 2:857\$000. Seja através de transações avultadas ou de pequenos empréstimos, o fato é que os lojistas podem ter operado como verdadeiros financiadores da economia local.

O capital produtivo também teve importância nos investimentos dos negociantes. Somente 2 deles não possuíam bens agrícolas (terras, benfeitorias e animais) e em 5 casos, o capital revertido em escravos foi superior ao valor das dívidas ativas. Ainda assim, se agruparmos os bens agrícolas e escravos eles somariam 35%, proporção bem inferior aos 63% alcançados pelo agrupamento das dívidas ativas, mercadorias e imóveis urbanos.

Afonso Graça Filho encontrou tendência semelhante para os grandes negociantes da praça de São João Del Rey.

(...) os investimentos de capitais nas atividades produtivas (terras, lavouras, animais e escravos) era inferior ao esterilizado em imóveis urbanos, apólices ou dívidas ativas. Resulta disso, que os negociantes de grosso trato não eram fazendeiros e nem aplicaram a maior parte de seus capitais nas atividades do campo ou em escravos.<sup>34</sup>

É necessário advertir que não se pode considerar irrelevantes os valores destinados ao capital produtivo. De fato, esses investimentos não eram pequenos entre alguns negociantes de Mariana e tão pouco de São João Del Rey<sup>35</sup>. Além do mais, os investimentos em fazendas e escravos traziam a estabilidade que o comércio não oferecia e ainda possibilitava a produção de parte das mercadorias revendidas no mercado local e externo. A participação majoritária de dívidas ativas nos investimentos dos comerciantes inventariados revela que mesmo ao final da vida não havia tendência de conversão total do capital acumulado no comércio para bens agrícolas.<sup>36</sup> Essas atividades eram exercidas concomitantemente e a busca por

status social poderia ser simbolizada pelo controle do crédito, títulos nobiliárquicos e patentes militares.<sup>37</sup>

O “gozo do prestígio social, advindo do domínio rural”, descrito por Sheila Faria<sup>38</sup>, também não parece ter convencido o homem mais rico de Mariana no final da década de 1830. Manoel José de Carvalho viveu até a sua morte na cidade e mesmo investindo em atividades agrícolas não abandonou a mercancia. Provavelmente, ele e outros comerciantes faziam parte de famílias enraizadas na cidade e que no passado haviam sido engajadas na mineração. Talvez Mariana, por ter sido um centro econômico de dimensão regional não teria funcionado como zona de atração de muitos *aventureiros* e o comércio tenha sido dominado por antigos mineradores e/ou fazendeiros.

Manoel José de Carvalho foi listado em 1819 como *lavrador, mineiro e negociante*. Na ocasião foram registrados apenas 5 escravos em seu domicílio. Durante a década de 1820 até o ano de 1832 houve 9 passagens do comerciante no registro de escravos na Polícia da Corte do Rio de Janeiro. As remessas de cativos somaram 136 peças em 11 anos (ver tabela III). Na lista nominativa de 1831 Manoel José fora identificado como *lavrador e comerciante*, além de trazer o título de Sargento-Mor. Este possuía também 13 cativos, dos quais 9 eram africanos. O curioso é que a identificação de *mineiro* desaparece ao passo que a mineração decaiu e os negócios de Manoel José parecem redirecionados para o comércio e a agricultura.

Já em 1836 o seu nome vem listado nas Relações de Casas de Negócio, como proprietário de Loja de Fazendas Secas. Apenas 3 anos mais tarde, por decorrência de seu falecimento, foram inventariados todos os seus bens. Além de 3 casas situadas na cidade, pequenas terras minerais em Antônio Pereira, o sargento-mor possuía também uma fazenda completa (no valor de 6:500\$000) com engenho, moinho, plantação de milho, feijão, cana, arroz e criação de gado bovino e suíno. Cerca de 19% de seus bens estavam investidos em 60 escravos, dos quais 6 eram africanos e 54 eram crioulos. A polivalência da trajetória de Manoel José de Carvalho ainda pode ser vista em sua constante presença entre os vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Mariana.<sup>39</sup>

Como temos percebido, ao aproximarmos o foco de análise da cidade, sua praça comercial e alguns indivíduos de destaque, revelou-se um complexo de atuações e relações que nos obrigam pensar uma abordagem que extrapole o âmbito dos negócios. Portanto, os comerciantes marianenses não formam um grupo homogêneo e seus destinos dependem da experiência acumulada na trajetória.<sup>40</sup>

Nesse sentido é que podemos identificar o

34 GRAÇA FILHO, Afonso. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. 2002, p. 89

35 Graça Filho apresenta a composição da riqueza de 31 negociantes grossistas da praça de São João Del Rey, dos quais 19 possuíam imóveis rurais. GRAÇA FILHO, A. *princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*, p. 86-88.

36 Referimo-nos ao pressuposto de um ideal aristocratizante que transmutava o negociante em fazendeiro, advindo do desejo de inserção social, tornando transitória a prática comercial em núcleos urbanos interioranos. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Rio de Janeiro. Nova Fronteira*. 1998, p. 165-166.

37 Graça Filho faz referência à tese do *arcaísmo* como projeto de João Fragoso e Manoel Florentino que detectaram na elite mercantil carioca, da primeira metade do século XIX, uma tendência à conversão do capital mercantil em direção ao capital produtivo. GRAÇA FILHO, A. *princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*, p. 89.

38 FARIA, Sheila. *A colônia em movimento*, p. 166.

39 CHAVES, Claudia Maria. G. (org) *Casa de veraneio de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Editora UFOP: Ouro Preto. 2008, p. 226-228.

40 Recorremos à Simona Cerutti para quem a experiência relacional dos indivíduos pode revelar a criação de grupos sociais, ao contrário de tomar o pertencimento como algo evidente e apriorístico. CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim o século XVII*. In.: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escala: A experiência da microanálise*. RJ. FGV. 1998, p. 188.

grupo que estamos estudando não apenas como “comerciantes”, mas como vereador, militar, pai, padrinho, irmão, agricultor, mineiro, senhor etc. Uma busca na formação da câmara de vereadores de Mariana nas décadas de 1820, 1830 e 1840 nos permitiu encontrar alguns negociantes eleitos. Outros indivíduos foram rastreados a partir da Relação de Casas de Negócio de 1836 e identificados, quando possível, em outros conjuntos documentais: listas de habitantes de 1819, 1831 e 1838, além de inventários *post mortem*. A superposição de todas essas referências nos trouxe um quadro que retrata a variedade de relações sociais, políticas e econômicas em que se encontravam 14 comerciantes da cidade de Mariana. Portanto, uma ênfase mais horizontal e qualitativa de análise do que a busca de uma

representatividade numérica. A tabela IV apresenta o panorama resultado dos cruzamentos nominais.

Na categoria “Vereança” são identificados o número de mandatos e os períodos para os quais foram eleitos os indivíduos selecionados. Em “atividades econômicas” aparecem o termo “comércio”, quando identificado na lista de habitantes, e os termos “Loja” e/ou “Armazém”, quando identificados na Relação de Casas de Negócio. Já a categoria “escravos” apresenta o número de escravos pertencentes ao comerciante descritos no inventário ou na lista de habitantes.

Apesar de muitos comerciantes investirem também na agricultura, tudo indica que o comércio era, na maioria dos casos, a principal atividade econômica. Com exceção de Manoel José de

**Tabela IV**  
**Comerciantes e diversidade ocupacional nas décadas de 1820, 1830 e 1840.**

| Comerciantes                  | Cor    | Patente Militar | Vereança      | Ativ. Econômicas           | Cativos | Terra Lavra | Inventário             |
|-------------------------------|--------|-----------------|---------------|----------------------------|---------|-------------|------------------------|
| Bernardo Pinto Monteiro       | Branco |                 | (5) 1833-1852 | Comércio                   |         |             |                        |
| Manoel José de Carvalho       | Branco | Sargento-Mor    | (4) 1826-1840 | Loja/mineração/agricultura | 60      | X           | (1839)<br>119:740\$875 |
| Honório José Ferreira Armond  | Branco | Tenente Coronel | (2) 1833-1840 | Loja/mineração/agricultura | 22      | X           | (1845)<br>25:230\$130* |
| Torquato C. de Moraes         | Pardo  |                 | (1) 1841-1844 | Loja/Mineração             | 7       | X           | (1843)<br>23:838\$639  |
| Manoel Duarte Firmino         | Branco | Alferes         | (1) 1849-1852 | Loja                       | 2       | X           |                        |
| José Ferreira de Oliveira     | Branco | Capitão-Mor     | (2) 1825-1832 | Comércio/Agricultura       | 47      | X           | (1845)<br>70:860\$098  |
| Antônio Júlio de Souza Novaes | Pardo  | Capitão-Mor     | (2) 1829-1840 | Loja                       |         |             |                        |
| Diogo Antônio de Vasconcelos  | Branco | Sargento-Mor    | (1) 1853-1856 | Loja                       |         |             |                        |
| Pedro de Alcântara Costa      | Pardo  | Major           | (1) 1853-1856 | Armazém                    | 2       |             | (1864)<br>3:632\$480   |
| José Alexandre Ramos          | Branco |                 |               | Armazém                    | 12      |             | (1847)<br>61:587\$631  |
| Manoel F. da Silva Costa      | Branco |                 |               | Loja/Agricultura           | 39      | X           |                        |
| Manoel José de M. Barroso     | Branco | Capitão-Mor     |               | Loja/Agricultura           | 36      | X           | (1843)<br>22:319\$680  |
| José Joaquim Anastácio        | Pardo  |                 |               | Armazém/Agricultura        | 10      | X           | (1847)<br>4:609\$720   |
| José de M. Queiroz            | Branco | Capitão-Mor     |               | Comércio/Agricultura       | 11      | X           | (1839)<br>8:388\$793   |

**Fontes:** *Arqui Público Mineiro*. Relação de Casas de Negócio. Mariana.1836. SPPP 1/6 Cx 5 D13. *APM*. Listas nominativas 1831 e 1838/1840 em Banco de dados. NPHEd/Cedeplar/UFMG. *AHCMM*. Lista nominativa de habitantes de 1819. Banco de dados NPHEd/Cedeplar/UFMG. *ACSM*. Inventários *post mortem*. PIREs, Maria do Carmo; CHAVES, Cláudia Maria. G. (orgs) *Casa de vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Editora UFOP. Ouro Preto. 2008.\*Ainda faltando acrescentar os bens inventariados em Barbacena.

Carvalho, que fora listado como “lavrador e negociante”, todos os outros aparecem na lista de habitantes como “negociantes”. É assim que eles eram identificados, como moradores da cidade, além da já mencionada superioridade de seus investimentos em mercadorias, imóveis urbanos e dívidas ativas sobre terras e escravos. Porém seria demasiado reducionismo se não considerarmos outros papéis econômicos, políticos e sociais desempenhados por esses agentes.

O reconhecimento por terem um estabelecimento comercial na região central da cidade, a rede de favores e amizades construída pela venda a prazo ou empréstimo em espécie e ainda, as possíveis relações familiares podem ter conferido certo prestígio e confiança aos maiores comerciantes junto à população da cidade. Isto está sugerido pela identificação de altas patentes da guarda e de eleições para vereadores, alguns por mais de um mandato. A despeito da lamentável ausência de fontes, e conseqüente lacuna de informações, é possível verificar certa coincidência entre propriedade de loja/patente militar/riqueza/vereança. Considerando que, como já adiantamos, o lojista era o comerciante com maior contato com uma rede social e mercantil mais ampla (no perímetro do mercado interno), estar ligado ao mundo exterior era condição fundamental para ser “elite” no universo local.

Por outro lado, tais coincidências, não resumem o grupo. Nem todo rico comerciante era lojista, como no caso do armazeneiro José Alexandre Ramos, e nem todo lojista, vereador e militar tivera mesma origem e destino.

Se considerarmos a cor como elemento indicativo da origem humilde do sujeito, veremos que este foi o caso de 4 dos indivíduos presentes na tabela IV. Um deles, Torquato Claudiano de Moraes, pardo, aos 16 anos fora registrado, em 1819, como agregado da casa do pequeno comerciante Bernardo José Vilela.<sup>41</sup> Apesar de listado como “estudante”, parece ter sido como agregado da casa que o jovem aprendera a lidar com os negócios. Em 1831, já podemos encontrar Torquato chefiando um domicílio e identificado como “comerciante”. Naquele fogo vivia um agregado, seu caixeiro, o pardo Fidélis José Vilela (que apesar do sobrenome não aparece como herdeiro do finado Bernardo José Vilela) e 6 escravos. Na relação de Casas de Negócio de 1836 fora listado como proprietário de Loja e Armazém. Dois anos mais tarde, na lista de habitantes, Torquato aparece novamente como “comerciante”, agora já casado, dono de 5 escravos e com 5 agregados, curiosamente listados com a mesma ocupação polivalente: “lavrador, criador e mineiro”. Tudo indica que a essa altura o lojista ainda mantinha sua casa comercial na “Ponte das Areias”, mas já investia na mineração e agricultura.

Em 1842, em correspondência enviada por Antônio Coelho Martins à Honório José Ferreira Armond, o primeiro diz ter passado a escritura de uma propriedade vendida por Honório a Torquato Claudiano.<sup>42</sup>

Antes disso, Torquato havia sido eleito para a vereança dos anos de 1841-1844. Porém, faleceu antes de completar o mandato, em 1843, com pouco mais de 40 anos, quando o inventário de seus bens arrolou mercadorias, dívidas ativas, lavras minerais, 7 escravos, além do seu imóvel na “Ponte das Areias”.

A julgar pelo tamanho do seu monte-mor (ver tabela IV), a riqueza de Torquato era incomum, para o padrão da população,<sup>43</sup> porém modesta se comparada a grandes lojistas como Manoel José de Carvalho. No entanto, é sua trajetória que nos chama a atenção, as prováveis escolhas, diante do quadro de crescimento do mercado interno e de recuperação de Mariana na passagem da crise da mineração. Este caminho fez com que, de alguma forma, alcançasse ascensão econômica, social e política.

Certamente que maiores conclusões a respeito da trajetória biográfica de Torquato poderão ser tiradas somente com a análise do conjunto das relações familiares, sociais e comerciais, não contempladas por referências pontuais, como aqui apresentadas. Mas alguns sinais podem apontar para futuras investigações: já sabemos da origem humilde de Torquato (era agregado de um pobre comerciante), além de ser mestiço (com provável origem ou descendência na escravidão), diferente de quase todos os outros lojistas, elementos que dificultariam sua ascensão; e sabemos também que, quando pôde, fez escolhas semelhantes: a localização de sua casa, vendas a prazo, a aquisição de escravos, terras e o cargo de vereador.

O nível de acumulação, a inserção e ascensão sócio-política dos grandes comerciantes locais ainda merecem pesquisas mais detalhadas. Porém, os indícios já coletados sinalizam para a importância da presença desses agentes, no abastecimento regional, na conexão com um universo mercantil mais amplo e por conseqüência na constituição de uma elite. Ao ganhar fôlego pelo desenvolvimento do comércio e da agropecuária, a antiga região mineradora, se inscreve no crescimento do mercado interno, gerando oportunidades de acumulação e ascensão de novos agentes, como Torquato Claudiano de Moraes, e também para antigos *homens bons* da sociedade mineira como Honório José Ferreira Armond e Manoel José de Carvalho.

Assim ocorreu com os famosos negociantes grossistas de São João Del Rey, já citados, financiadores da economia regional e com presença garantida na praça comercial da capital do Império. A pujança de suas fortunas teve origem na circulação da produção abastecedora regional e nacional.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Lista nominativa de 1819. AHCM. Banco de dados NPHED/Cedeplar/UFMG.

<sup>42</sup> Carta de 25/04/1842. *Museu Imperial*. 397-5955/2004. Como já mencionamos a massa falida da casa comercial de Torquato aparece na dívida ativa do inventário de Honório José Ferreira Armond, em 1845.

<sup>43</sup>Sobre o padrão de riqueza de Mariana no século XIX ver ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói. ICHP/UFF, 1994. e ANDRADE, Leandro. *Escravo ou Camponês. Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX*, p.131 e 132.

<sup>44</sup> GRAÇA FILHO, Afonso. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*.

Situada na Comarca do Rio das Mortes, Barbacena também foi identificada por Edna Resende como um importante entreposto comercial com a Corte. Ao fazer uma análise prosopográfica de famílias proeminentes da cidade e sua inserção na vida política da província e do país, a autora identifica que o consórcio entre produção agropecuária, tráfico negreiro, casa comercial, o crédito e alianças familiares, era gerador de fortuna, prestígio e influência política. Entre essas famílias estavam os Ferreira Armond, de onde nasceu Camilo Maria Ferreira Armond, filho de Marcelino, deputado, futuro Conde de Prados e um dos propagadores das idéias liberais via imprensa barbacenense.<sup>45</sup>

Essa rede de centros de comércio regional, da qual Mariana participava, com suas peculiaridades, fora gestada no período colonial e parece ganhar forma no processo integração mercantil nacional. Este processo é bem representado pela atuação dos negociantes como interlocutores da economia local com o centro de desenvolvimento do mercado interno.

Em uma escala maior, Riva Gorenstein fala da ascensão social dos negociantes do Rio de Janeiro, através do enriquecimento trazido pelo incremento do comércio interno no período joanino e nacional. Este é um momento em que as práticas comerciais passam por significativas inovações, forçadas pela abertura econômica e concorrência com agentes metropolitanos e ingleses, ao mesmo tempo em que mantém características tradicionais:

Este negociante exerceu suas atividades comerciais em uma sociedade escravista e conservadora onde o prestígio social, as relações familiares e as ligações com a burocracia político-administrativa tinham um peso considerável nos negócios, mas na qual já se encontravam presentes forças renovadoras que o obrigaram mudar seu padrão de comportamento. Continuou conservador e patriarcal (...) Ao mesmo tempo adquiriu características “empresariais”, em função do desenvolvimento do comércio, do aumento da concorrência (...)<sup>46</sup>

O processo histórico das práticas mercantis é entendido pela autora como manutenção de alguns e inovação de outros aspectos, “uma continuidade do velho para o novo, não no sentido de resistência a mudança, mas no sentido de adaptação às transformações que ocorriam no período”.<sup>47</sup> Há um cuidado de perceber que tanto as práticas mercantis quanto culturais não se alteram abruptamente por força do evento, mas que convivem em um processo. Porém, a tese não abre possibilidade de fraturas ou contradição no padrão de comportamento, no que diz respeito a escolhas individuais que possam divergir da estrutura econômica ou cultural.<sup>48</sup>

Em uma escala de observação local podemos

sugerir, com as poucas informações que temos, tais “divergências”. O já citado, Manoel José de Carvalho, negociante mais rico de Mariana na década de 1830, a despeito de sua história ligada a mineração, atividade econômica de prestígio naquela região, tinha 61% de sua fortuna investida em mercadorias e dívidas ativas, além de 35%, dedicados a escravos e bens agrícolas (terras, benfeitorias e animais). Portanto, uma notável reorientação de seus investimentos, seguindo a conjuntura de consolidação do mercado interno abastecedor e aproveitando as oportunidades econômicas. Se houve busca de notabilidade por parte do negociante, esta não se deu aplicando em atividades menos rentáveis. Por outro lado, Torquato Claudiano, ainda jovem quando a mineração era abandonada por muitos, adquiriu *terras minerais*, depois de duas décadas de atividades ligadas ao comércio e de ter se tornado lojista no centro da cidade. Somente uma investigação mais detalhada pode revelar as motivações e consequência dessa aquisição, porém, podemos dizer, *a priori*, não ter sido a prática daqueles que mais enriqueciam na região.

O que temos aqui não são conclusões, mas apontamentos para uma abordagem que consiga perceber a prática de agentes comerciais de uma pequena praça, diante de um processo histórico maior, a integração mercantil nacional. Ainda está por fazer, por exemplo, uma análise das reações e ações desses comerciantes no bojo de mudanças processuais e eventos políticos pelos quais passava o Brasil na primeira metade do século XIX.

Mais uma vez recorreremos às correspondências recebidas por Honório José Ferreira Armond. Desta vez para visualizar situações políticas e do mercado sentidas em seu raio de integração. Escreve Antônio José Moreira Pinto em 12 de março de 1828:

(...) Hoje saiu meu barco para a costa da África e espero esteja aqui até fins de julho ou meados de agosto. As fazendas têm subido o mais que se tem dado todas em geral e por isso lhe recomendo que repute as que tiverem ser, pois que apesar de estarem caras, contudo nem ao menos têm chegado, nem há sortimentos. O câmbio tem subido muito e por esse motivo tem subido a prata (...) e o ouro (...).

Tem esta praça estado em um estado muito triste com as tomadas que nos tem feito os corsários pois que estes nos tem tomado três embarcações com mais de 1.200 negros, sendo duas de nosso amigo Constantino e outra de José Joaquim da Rocha, por esse motivo já se tem vendido negros a 380\$000 e 400\$000, o que lhe deverá servir de governo pois que não torna a comprar outra pechincha. (...)<sup>49</sup>

As dificuldades do mercado, seja do câmbio, dos preços das fazendas ou de escravos se devem

45 RESENDE, Edna. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*.

46 GORENSTEIN, Riva. *Comércio e política: enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro, (1808-1830)*. In: MARTINHO, Lenira M. e GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, 1993, p. 135

47 GORENSTEIN, Riva. *Comércio e política: enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro, (1808-1830)*, p. 145

48 Lembramos Geovanni Levi, para o qual se deve perceber ambigüidades e contradições nos processos culturais, econômicos e políticos, sendo a ação do indivíduo (dentro de sua *margin de liberdade*) campo privilegiado para tal observação. LEVI, Geovanni. *Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2000. p. 45.

49 Museu Imperial. Arquivo da Família do Conde de Prados. 399 – 5976/ Tomb. 2004.

ao momento político do Brasil e internacional. No auge do primeiro reinado, o país se envolvia em conflito armado com as Províncias Unidas do Prata o que desencadeou conseqüências para praça comercial carioca. O Estado se achava em apuros financeiros o que o fez recorrer ao Branco Brasil para obter capitais, sendo este obrigado a emitir moeda, sobrevalorizando os metais. Segundo Sebastião Soares Ferreira, o período da guerra (1825-1828), fora um dos momentos de *pânico comercial* passageiros, desde a independência até a grande crise de 1864<sup>50</sup>. A situação de incerteza e oscilações dos preços chama atenção de Antônio Moreira que mantém Honório informado, mas é claro, estimula a compra de mercadorias. Outra faceta dos negócios indicada pela carta é a informação das mudanças no câmbio, o que interessava a Honório para o seu comércio de metais. O apresamento de navios negreiros por corsários ingleses também interferia no principal ramo da relação mercantil entre Antônio Moreira e a família Ferreira Armond, o comércio de cativos.

Em carta do dia 10 de outubro de 1828, as notícias anunciadas por Antônio José Moreira Pinto já eram mais animadoras: “As fazendas tem tido grande baixa em conseqüência das notícias que há de paz. Estas notícias tem causado outro tanto em todos os metais e sobretudo as notas de 1\$000 réis e 2\$000 que principiam agora a circular nesta capital”.<sup>51</sup>

Tanto as correspondências quanto a própria realização das transações comerciais colocavam os negociantes lojistas em um lugar privilegiado na vida econômica e política da cidade, por causa das informações que a eles chegavam e afetavam diante da amplitude de seus negócios. Ou seja, ao debruçarmos sobre este universo verificamos grandes possibilidades de variação do foco de análise: de uma conjuntura político-econômica nacional até a oferta do produto no estabelecimento comercial, ou o caminho inverso, da absorção da produção agropecuária e mineradora local até o abastecimento da Corte.

A aproximação de Honório com o centro do poder, através de seus contatos comerciais, também servia a outros propósitos. Naquela mesma carta de 12 de março de 1828, o parceiro carioca avisava: “Ainda lhe não posso dar solução das patentes dos seus afilhados pelas contínuas empulhações do procurador”. No dia 31 do mesmo mês continua a prestar contas das “demandas” de Honório:

(...) Ainda por este correio lhe não posso remeter a profissão do Hábito do Reverendíssimo Vigário Joaquim Leandro por causa das férias que não podem ser registradas sem elas acabarem. Quanto as patentes, agora me diz o procurador que ainda não estão assinadas [...].<sup>52</sup>

Se Honório José fazia parte de uma rede de amizades e troca de favores permeada pelos negócios e centralizada em Antônio José Moreira Pinto, ele também tinha no nível local os seus *afilhados* com quem, provavelmente, mantinha relações semelhantes. Na carta, Honório e Antônio José aparecem como intermediários do pleito do Hábito da Ordem de Cristo (título honorífico dos mais cobiçados) por parte de um padre. Em relação às patentes dos indicados pelo negociante mineiro revela-se seu interesse de controlar a nomeação de oficiais, o que se mantém no momento de criação da Guarda Nacional, como já verificamos em carta enviada a Marcelino, que vale repetir: *Aqui já se fez os oficiais para a Guarda Nacional, e saíram cabras e negros; se lá não acatulem e ficarão entregues as armas a gente de nenhum patriotismo e nem caráter*<sup>53</sup>

Todo o conjunto de relações e interesses de Honório não está inscrito apenas na busca do lucro, nem tampouco no objetivo cego de ter *status* social. É um emaranhado que certamente poderia resultar em mais prestígio, mais poder e mais negócios, mas também revelar solidariedades mais horizontais, nem tanto perpassadas pela instrumentalização do ato em prol do interesse.

O fato é que a abordagem de aspectos da vida de Honório perpassou pelo grupo de comerciantes de Mariana, pelas relações econômicas, sociais e políticas da praça e também pelo processo histórico mais amplo (integração mercantil na fase nacional). O entrecruzamento de escalas de observação realmente deixa mais clarividente e *menos impressionista* o mundo social analisado, como nos sugeria Jaques Revel.<sup>54</sup>

Porém, ainda muitos avanços estão por vir. Nesta fase de pesquisa poucos e esparsos documentos nos informam da trajetória pessoal, do trato mercantil e da acumulação dos comerciantes da região. Do mesmo modo, ainda carecemos de uma série documental mais segura que demonstre as conexões estabelecidas entre uma pequena praça comercial e os circuitos mercantis do mercado interno. O que já podemos apresentar são, tão somente, sinais e indicadores para investigações futuras. Por outro lado, este modelo de abordagem que tenta aliar a tradição da seriação e quantificação da história econômica de Minas Gerais com uma variação da escala e a identificação dos sujeitos em diversos contextos ainda merece reflexões e experiências empíricas mais completas.

50 SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de Estatística: Compreendendo a teoria da ciencia e sua aplicação à estatística comercial do Brasil*. Rio de Janeiro. Typographia nacional. 1965. Tomos I, p. 222.

51 Museu Imperial. Arquivo da Família do Conde de Prados. 399 – 5997. Tomb. 2004

52 Museu Imperial. Arquivo da Família do Conde de Prados. 399 – 5978. Tomb. 2004

53 ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1800 – 1888: Elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro. Xerox do Brasil. 1988, p. 92

54 REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social. In: Jogos de escala: A experiência da microanálise*